



# Diário Oficial Eletrônico

## Ministério Público do Estado do Amazonas

Nº 2805

Manaus, Terça-feira, 19 de março de 2024

### ATOS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

#### EDITAL Nº 01/PGJ/2024

##### Edital de Convocação

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os senhores e senhoras abaixo nominados para comparecerem, no período de 20 a 26.03.2024, das 08h às 14h, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, nesta cidade de Manaus, munidos de cópias e originais de seus documentos pessoais e comprobatórios do Item 3 do Edital n.º 1 – MPE/AM, de 24 de outubro de 2022 – CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e na LEI COMPLEMENTAR n.º 011, de 17.12.1993 e suas alterações. Tal procedimento é necessário para a lavratura dos respectivos atos nomeatórios e posterior posse no Cargo de Promotor de Justiça Substituto, inicial da Carreira deste Ministério Público Estadual:

(EM ANEXO)

#### PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 0011/2024/62PJ

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2024.00000151-2

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO nº 0011/2024/62PJ

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, através da 62.ª Promotoria de Justiça ESPECIALIZADA NA PROTEÇÃO E DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal, art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e art. 26, I, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO ser função institucional e dever do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, na forma da Lei, para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados à ordem urbanística, na forma do inciso VI do artigo 1º da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO caber ao Ministério Público adotar medidas administrativas e judiciais previstas no Ato PGJ n.º 166/2002 c/c incisos I e XVIII do artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 011/93;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n.º 002, de 16 de janeiro de 2014 – que estabelece que o Plano Diretor Urbano e Ambiental constitui o instrumento básico da Política Urbana e Ambiental do Município de Manaus, formulado e implementado com base nos seguintes princípios: I – cumprimento das funções sociais e ambientais da Cidade e da propriedade urbana, assim como os espaços territoriais especialmente protegidos; II – promoção da qualidade de vida e do ambiente; III – valorização cultural da Cidade e de seus costumes e tradições, visando ao desenvolvimento das diversidades culturais; IV – inclusão social, por meio da regularização da propriedade territorial e da ampliação do acesso à moradia; V – aprimoramento da atuação

do Poder Executivo sobre os espaços da cidade, mediante a utilização de instrumentos de controle do uso e ocupação do solo; VI – articulação das ações de desenvolvimento no contexto regional; VII – fortalecimento do Poder Executivo sobre os espaços da cidade, mediante a utilização de instrumento de controle e ocupação do solo; VIII – integração entre órgãos, entidades e conselhos municipais, visando à atuação coordenada no cumprimento das estratégias fixadas nesta Lei Complementar e na execução dos planos, programas e projetos a ela relacionados; IX – gestão democrática, participativa e descentralizada da Cidade;

CONSIDERANDO o que consta dos autos da Notícia de Fato nº 01.2023.00005515-0, sobre suposta ausência de asfaltamento adequado na Rua Pajurazinho/Brasileirinho no bairro Puraquequara.

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento dos desdobramentos dos fatos, visando solução satisfatória da questão;

CONSIDERANDO a Meta 1 do Plano de Atuação 2024;

RESOLVE

DETERMINAR

I – A instauração do Inquérito Civil n.º 06.2024.00000151-2, a fim de apurar a ausência de asfaltamento adequado na Rua Pajurazinho/Brasileirinho no bairro Puraquequara; (Coordenadas: -3.0242048054228516, -59.91020297215141);

II – Aguarde-se o decurso do prazo concedido à SEINFRA para que tome ciência da notícia de fato e informe as medidas adotadas;

III – Atualize a planilha desta promotoria na plataforma Google Earth;

IV – Designar o servidor Iury Fachine Ramos, Servidor, para secretariar os trabalhos do presente procedimento.

Manaus, 05 de março de 2024

LAURO TAVARES DA SILVA  
Promotor de Justiça

#### ATO Nº 064/2024/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno SEI N.º 2024.005855, onde figura, como interessada, a Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional das Procuradorias de Justiça - CAO-PROC;

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:  
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior  
Subprocurador-Geral de Justiça para  
Assuntos Jurídicos e Institucionais  
Aguinaldo Balbi Júnior  
Subprocuradora-Geral de Justiça para  
Assuntos Administrativos  
Lilian Maria Pires Stone  
Corregedora-Geral do Ministério Público:  
Sílvia Abdala Tuma  
Secretária-Geral do Ministério Público:  
Renilce Helen Queiroz de Sousa

#### Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira  
Jussara Maria Pordeus e Silva  
Mara Nóbila Albuquerque da Cunha  
Suzete Maria dos Santos  
Marlene Franco da Silva  
Delisa Olívia Vieira Alves Ferreira  
Jorge Michel Ayres Martins  
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza  
Marco Aurélio Lisciotto

#### PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais  
Carlos Lélis Lauria Ferreira  
Rita Augusta de Vasconcellos Dias  
Mauro Roberto Veras Bezerra  
Sarah Pirangy de Souza  
Aguinaldo Balbi Júnior  
Liliani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues  
Adelton Albuquerque Matos  
Maria José da Silva Nazaré

Câmaras Reunidas  
Karla Fregapani Leite  
Públio Caio Bessa Cyrino  
Sílvia Abdala Tuma  
José Bernardo Ferreira Júnior  
Neyde Regina Demóstenes Trindade  
Silvana Nobre de Lima Cabral

#### CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior  
(Presidente)  
Sílvia Abdala Tuma  
Mara Nóbila Albuquerque da Cunha  
Silvana Nobre de Lima Cabral  
Suzete Maria dos Santos  
Neyde Regina Demóstenes Trindade  
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

#### OUVIDORIA

Jussara Maria Pordeus e Silva

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso V, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REVOGAR, a contar de 12/03/2024, o teor do ATO Nº 346/2023/PGJ, datado de 07.12.2023, que convocou a Exma. Sra. Dra. NILDA SILVA DE SOUSA, Promotora de Justiça de Entrância Final, para a 16.ª Procuradoria de Justiça, com assento à 3.ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, em Manaus (Am.), 12 de março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 065/2024/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, por substituição legal, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno SEI N.º 2024.005855, onde figura, como interessada, a Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional das Procuradorias de Justiça - CAO-PROC;

CONSIDERANDO a necessidade de se dar continuidade às atribuições institucionais do Ministério Público, visando responder aos anseios da sociedade;

CONSIDERANDO os termos do art. 110, inciso III, § 1.º, da Lei Complementar n.º 011/93,

RESOLVE:

CONVOCAR, “ad-referendum” do colendo Conselho Superior do Ministério Público, a Exma. Sra. Dra. NILDA SILVA DE SOUSA, Promotora de Justiça de Entrância Final, titular da 33ª Promotoria de Justiça (5.ª Vara de Família), para a 12.ª Procuradoria de Justiça, com assento à 2.ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Amapá, a contar de 12.03.2024 até ulterior deliberação.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, em Manaus (Am.), 12 de março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 070/2024/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno SEI N.º 2024.005046;

CONSIDERANDO as disposições do Despacho Nº 109.2024.01AJ-PGJ.1270203.2024.005046, datado de 08 de março de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REVOGAR, a contar de 04.03.2024, os termos do ATO N.º 309/2022/PGJ, datado de 14.10.2022, que designou a Exma. Sra. Dra. SARAH CLARISSA CRUZ LEÃO, Promotora de Justiça de Entrância Inicial, para exercer o cargo de Coordenador do Núcleo de Localização e Identificação de Desaparecidos - NULID.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, em Manaus (Am.), 15 de março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 0071/2024/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO as disposições do art. 2.º, §2.º, do ATO N.º 276/2018/PGJ, de 08 de outubro de 2018, e suas alterações, que instituiu o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos - PLID AMAPÁ, bem como criou o Núcleo de Localização e Identificação de Desaparecidos - NULID, para fins de gestão do PLID AMAPÁ;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno SEI N.º 2024.005046;

CONSIDERANDO as disposições dos Despachos Nºs 109.2024.01AJ-PGJ.1270203.2024.005046 e 120.2024.01AJ-PGJ.1276359.2024.005046;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

DESIGNAR, na forma do ATO N.º 276/2018/PGJ, de 08 de outubro de 2018, o Exmo. Sr. Dr. ELANDERSON LIMA DUARTE, Promotor de Justiça de Entrância Inicial, para exercer o cargo de Coordenador do Núcleo de Localização e Identificação de Desaparecidos - NULID, a contar de 11.03.2024.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, em Manaus (Am.), 15 de março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 072/2024/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno SEI n.º 2024.006012, onde figura, como interessada, a Comissão Especial de Promoção dos Servidores Administrativos, instituída pela Portaria n.º 1120/2023/PGJ, de 14 de junho de 2023;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, e seus incisos, arts. 23, 24 e 26, todos da Lei n.º 2.708, de 26.12.2001, que instituiu o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores Administrativos desta Procuradoria-Geral de Justiça do Amapá;

CONSIDERANDO as disposições do r. Despacho Nº 1370.2024.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	PROCURADORES DE JUSTIÇA			CONSELHO SUPERIOR
<p><b>Procurador-Geral de Justiça:</b> Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior</p> <p><b>Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais</b> Aguinaldo Balbi Júnior</p> <p><b>Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos</b> Lilian Maria Pires Stone</p> <p><b>Corregedora-Geral do Ministério Público:</b> Sílvia Abdala Tuma</p> <p><b>Secretária-Geral do Ministério Público:</b> Renilce Helen Queiroz de Sousa</p>	<p><b>Câmaras Cíveis</b> Sandra Cal Oliveira Jussara Maria Pordeus e Silva Mara Nóbila Albuquerque da Cunha Suzete Maria dos Santos Marlene Franco da Silva Delisa Olívia Vieira Alves Ferreira Jorge Michel Ayres Martins Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza Marco Aurélio Lisciotto</p>	<p><b>Câmaras Criminais</b> Carlos Lélío Lauria Ferreira Rita Augusta de Vasconcellos Dias Mauro Roberto Veras Bezerra Sarah Pirangy de Souza Aguinaldo Balbi Júnior Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues Adelton Albuquerque Matos Maria José da Silva Nazaré</p>	<p><b>Câmaras Reunidas</b> Karla Fregapani Leite Públio Caio Bessa Cyrino Sílvia Abdala Tuma José Bernardo Ferreira Júnior Neyde Regina Demóstenes Trindade Silvana Nobre de Lima Cabral</p>	<p>Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente) Sílvia Abdala Tuma Mara Nóbila Albuquerque da Cunha Silvana Nobre de Lima Cabral Suzete Maria dos Santos Neyde Regina Demóstenes Trindade Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza</p> <p><b>OUVIDORIA</b> Jussara Maria Pordeus e Silva</p>

SGMP.1279197.2024.006012, datado de 15 de março de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso V, da Lei Complementar Estadual n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

FICAM promovidos os servidores pertencentes ao Quadro Efetivo desta Procuradoria-Geral de Justiça, conforme o quadro abaixo, a saber:

(EM ANEXO)

PORTARIA Nº 0578/2024/PGJ

ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2024, aprovado na Lei Orçamentária nº 6.672 de 29 de dezembro de 2023 e em seus créditos adicionais.

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 46 da Lei nº 6.328 de 28 de julho de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subtítulos e/ou as modalidades do gasto,

RESOLVE:

I - Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2024, da Unidade Orçamentária indicada no Anexo I desta Portaria;

II - Anexo I: com uma movimentação no valor de R\$170.000,00 (CENTO E SETENTA MIL REAIS);

III - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de fevereiro de 2024.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, em Manaus, 11 de Março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0583/2024/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno - SEI n.º 2023.024196;

CONSIDERANDO os termos do r. DESPACHO Nº 1157.2024.SGMP.1271318.2023.024196;

CONSIDERANDO as disposições do Ato n.º 251/2020/PGJ, de 06 de outubro de 2020, que estabelece critérios para substituições entre Membros do Ministério Público do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 018/2020-CPJ, de 08 de outubro de 2020, que dispõe acerca das atribuições dos agentes ministeriais relativamente à interposição, apresentação de resposta e julgamento dos recursos cíveis e criminais submetidos à competência jurisdicional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

RESOLVE:

DESIGNAR a Exma. Sra. Dra. Ynna Breves Maia Veloso, Promotora de Justiça titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Preto da Eva, ampliada até ulterior deliberação para a Promotoria de Justiça da Comarca de Benjamin Constant, para apresentar as contrarrazões nos autos do processo judicial n.º 0007241-71.2022.8.04.0000, em trâmite na Primeira Câmara Cível.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 12 de março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0606/2024/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno SEI N.º 2024.005855, onde figura, como interessada, a Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional das Procuradorias de Justiça - CAO-PROC;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso V, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REVOGAR, a contar de 12/03/2024, o teor da Portaria nº 0320/2024/PGJ, datada de 16/02/2024, que ampliou as atribuições da Exma. Sra. Dra. NILDA SILVA DE SOUSA, Promotora de Justiça de Entrância Final, para a 12ª Procuradoria de Justiça (2.ª Câmara Criminal).

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 12 de março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0648/2024/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que a Exma. Sra. Dra. SÍLVIA ABDALA TUMA, Corregedora-Geral do Ministério Público, estará em gozo de férias regulamentares no período de 18 a 27/03/2024;

CONSIDERANDO a ausência de suplentes para a ocupação do cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público;

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 054/2009, datado de 25 de março de 2009;

CONSIDERANDO que cabe ao Procurador-Geral de Justiça assegurar a continuidade dos serviços em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição de titular de cargo, por força do art. 29, inciso VIII, “f”, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		PROCURADORES DE JUSTIÇA		CONSELHO SUPERIOR
Procurador-Geral de Justiça: Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais Aguinelo Balbi Júnior Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos Lilian Maria Pires Stone Corregedora-Geral do Ministério Público: Sílvia Abdala Tuma Secretária-Geral do Ministério Público: Renilce Helen Queiroz de Sousa		Câmaras Cíveis  Câmaras Criminais Carlos Lélío Lauria Ferreira Rita Augusta de Vasconcellos Dias Mauro Roberto Veras Bezerra Sarah Pirangy de Souza Aguinelo Balbi Júnior Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues Adelton Albuquerque Matos Maria José da Silva Nazaré		Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente) Sílvia Abdala Tuma Mara Nóbila Albuquerque da Cunha Silvana Nobre de Lima Cabral Suzete Maria dos Santos Neyde Regina Demóstenes Trindade Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
		Câmaras Reunidas Karla Fregapani Leite Públio Caio Bessa Cyrino Sílvia Abdala Tuma José Bernardo Ferreira Júnior Neyde Regina Demóstenes Trindade Silvana Nobre de Lima Cabral		OUVIDORIA Jussara Maria Pordeus e Silva

Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - CEP: 69037-473 - Manaus/AM - Fone: (92) 3655-0500

DESIGNAR a Exma. Sra. Dra. RITA AUGUSTA DE VASCONCELLOS DIAS, Procuradora de Justiça, para responder pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, no período de 18 a 24/03/2024, sem prejuízo de suas funções.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 18 de março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0649/2024/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que a Exma. Sra. Dra. SÍLVIA ABDALA TUMA, Corregedora-Geral do Ministério Público, estará em gozo de férias regulamentares no período de 18 a 27/03/2024;

CONSIDERANDO a ausência de suplentes para a ocupação do cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público;

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 054/2009, datado de 25 de março de 2009;

CONSIDERANDO que a Exma. Sra. Dra. RITA AUGUSTA DE VASCONCELLOS DIAS, Procuradora de Justiça, Decana do Ministério Público, estará em gozo de folga compensatória por exercício de plantão ministerial nos dias 25, 26 e 27.03.2024, bem como no dia 04.04.2024;

CONSIDERANDO que cabe ao Procurador-Geral de Justiça assegurar a continuidade dos serviços em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição de titular de cargo, por força do art. 29, inciso VIII, “f”, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

DESIGNAR a Exma. Sra. Dra. SANDRA CAL OLIVEIRA, Procuradora de Justiça, para responder pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, no período de 25 a 27/03/2024, sem prejuízo de suas funções.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 18 de março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0650/2024/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno SEI N.º 2024.006608, onde figura, como interessada, a Vara Única da Comarca de Envira/AM;

CONSIDERANDO a necessidade de se dar continuidade às atribuições institucionais do Ministério Público, visando responder aos anseios da sociedade;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso XLI, da Lei

Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

DESIGNAR a Exma. Sra. Dra. KARLA CRISTINA DA SILVA REIS, Promotora de Justiça de Entrância Inicial, para participar das audiências virtuais da Promotoria de Justiça da Comarca de Envira/AM, a serem realizadas no dia 18 de março de 2024, referentes aos autos dos processos abaixo relacionados.

0000100-34.2019.8.04.4000

0601126-13.2022.8.04.4000

0600071-27.2022.8.04.4000

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 18 de março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0651/2024/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno SEI N.º 2024.005416, onde figura, como interessada, a Vara Única da Comarca de Anamá/AM;

CONSIDERANDO a necessidade de se dar continuidade às atribuições institucionais do Ministério Público, visando responder aos anseios da sociedade;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

DESIGNAR a Exma. Sra. Dra. MARINA CAMPOS MACIEL, Promotora de Justiça de Entrância Inicial, para participar das audiências virtuais da Promotoria de Justiça da Comarca de Anamá/AM, a serem realizadas no dia 15 de março de 2024, referentes aos autos dos processos abaixo relacionados.

0600180-72.2023.8.04.2200

0600390-26.2023.8.04.2200

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 15 de março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0653/2024/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso XLI, da Lei

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	PROCURADORES DE JUSTIÇA	CONSELHO SUPERIOR
<p>Procurador-Geral de Justiça: Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior</p> <p>Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais Aguinelo Balbi Júnior</p> <p>Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos Lilian Maria Pires Stone</p> <p>Corregedora-Geral do Ministério Público: Sílvia Abdala Tuma</p> <p>Secretária-Geral do Ministério Público: Renilce Helen Queiroz de Sousa</p>	<p>Câmaras Cíveis</p> <p>Sandra Cal Oliveira Jussara Maria Pordeus e Silva Mara Nóbria Albuquerque da Cunha Suzete Maria dos Santos Marlene Franco da Silva Delisa Olívia Veiraldes Ferreira Jorge Michel Ayres Martins Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza Marco Aurélio Lisciotto</p>	<p>Câmaras Criminais</p> <p>Carlos Lélío Lauria Ferreira Rita Augusta de Vasconcellos Dias Mauro Roberto Veras Bezerra Sarah Pirangy de Souza Aguinelo Balbi Júnior Liani Mônica Cuedes de Freitas Rodrigues Adelton Albuquerque Matos Maria José da Silva Nazaré</p> <p>Câmaras Reunidas</p> <p>Karla Fregapani Leite Públio Caio Bessa Cyrino Sílvia Abdala Tuma José Bernardo Ferreira Júnior Neyde Regina Demósthene Trindade Silvana Nobre de Lima Cabral</p> <p>Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente) Sílvia Abdala Tuma Mara Nóbria Albuquerque da Cunha Silvana Nobre de Lima Cabral Suzete Maria dos Santos Neyde Regina Demósthene Trindade Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza</p> <p>OUVIDORIA Jussara Maria Pordeus e Silva</p>

Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - CEP: 69037-473 - Manaus/AM - Fone: (92) 3655-0500



Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

CONVALIDAR os atos praticados pela Exma. Sra. Dra. FÁBIA MELO BARBOSA DE OLIVEIRA, Promotora de Justiça de Entrância Inicial, nos autos dos Processos abaixo relacionados, em trâmite na Promotoria de Justiça da Comarca de São Sebastião do Uatumã, no dia 12 de março de 2024.

0600747-84.2022.8.04.7100;

0600170-38.2024.8.04.7100;

0600009-28.2024.8.04.7100

0600171-23.2024.8.04.7100

0600212-87.2024.8.04.7100

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 18 de março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0655/2024/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno SEI N.º 2024.004838, onde figura, como interessada, a Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis - CAO-CÍVEL;

CONSIDERANDO as disposições do Despacho Nº 1033.2024.SGMP.1266562.2024.004838, datado de 01 de março de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

CONVALIDAR os atos praticados pela Exma. Sra. Dra. MARIA PIEDADE QUEIROZ NOGUEIRA BELASQUE, Promotora de Justiça de Entrância Final, na 32.ª Promotoria de Justiça, com atuação junto à 1.ª Vara de Família, no período de 07 a 16 de março de 2024.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 18 de março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0656/2024/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno - SEI N.º 2023.002983;

CONSIDERANDO as disposições do r. Despacho Nº 1346.2024.SGMP.1277763.2023.002983, datado de 14 de março de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso V, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. JOÃO GASPAR RODRIGUES, Promotor de Justiça de Entrância Final e Chefe do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público - CEAF/MPAM, como Gestor/Fiscal do Termo de Cooperação Técnica nº 011/2023 - MP-PGJ, firmado entre o Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM e o CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS, cujo objeto é estabelecer as condições de cooperação técnica, jurídico-científica e pedagógica entre o MPAM, por meio do Centro de Estudos para o Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Amazonas e o CETAM.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 18 de março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

DESPACHO Nº 1388.2024.SGMP.1279439.2024.006229

Interessada: Dra. SUZETE MARIA DOS SANTOS

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve INTERROMPER, a partir de 15/03/2024, o gozo de férias do(a) Exma. Sra. Procuradora de Justiça em epígrafe, relativas ao período aquisitivo de 1º/2021, originalmente previstas para usufruto no período de 11/03/2024 a 20/03/2024.

Cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 15 de março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

DESPACHO Nº 85.2024.04AJ-PGJ.1276593.2024.005747

Interessada: Dra. Carla Santos Guedes Gonzaga.

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve INTERROMPER, a partir de 10/03/2024, o gozo de férias do(a) Exma. Sra. Promotora de Justiça de Entrância Final em epígrafe, relativas ao período aquisitivo de 1º/2022, originalmente previstas para usufruto no período de 05/03/2024 a 14/03/2024.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, Manaus (AM), 14 de março de 2024.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	Câmaras Cíveis	PROCURADORES DE JUSTIÇA	CONSELHO SUPERIOR
Procurador-Geral de Justiça: Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais Aguinelo Balbi Júnior Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos Lilian Maria Pires Stone Corregedora-Geral do Ministério Público: Sílvia Abdala Tuma Secretária-Geral do Ministério Público: Renilce Helen Queiroz de Sousa	Sandra Cal Oliveira Jussara Maria Pordeus e Silva Mara Nóbria Albuquerque da Cunha Suzete Maria dos Santos Marlene Franco da Silva Delisa Olívia Vieira Alves Ferreira Jorge Michel Ayres Martins Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza Marco Aurélio Lisciotto	Câmaras Criminais Carlos Lélío Lauria Ferreira Rita Augusta de Vasconcellos Dias Mauro Roberto Veras Bezerra Sarah Pirangy de Souza Aguinelo Balbi Júnior Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues Adelton Albuquerque Matos Maria José da Silva Nazaré	Câmaras Reunidas Karla Fregapani Leite Públio Caio Bessa Cyrino Sílvia Abdala Tuma José Bernardo Ferreira Júnior Neyde Regina Demóstenes Trindade Silvana Nobre de Lima Cabral Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente) Sílvia Abdala Tuma Mara Nóbria Albuquerque da Cunha Silvana Nobre de Lima Cabral Suzete Maria dos Santos Neyde Regina Demóstenes Trindade Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza OUVIDORIA Jussara Maria Pordeus e Silva

Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - CEP: 69037-473 - Manaus/AM - Fone: (92) 3655-0500

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

ATOS DA SUBPROCURADORIA-GERAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

REQUERIMENTO Nº 318202/2024

Interessado: Marcelo Augusto Silva de Almeida  
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 10 dia(s) de férias ao(à) Exmo. Sr. Promotor de Justiça de Entrância Final em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 1º/2022, para fruição no período no período de 17/07/2024 a 26/07/2024.  
Aguinelo Balbi Júnior  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

REQUERIMENTO Nº 318330/2024

Interessado: Márcio Fernando Nogueira Borges de Campos  
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 10 dia(s) de férias ao(à) Exmo. Sr. Promotor de Justiça de Entrância Final em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 2º/2022, para fruição no período no período de 26/05/2025 a 04/06/2025.  
Aguinelo Balbi Júnior  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

REQUERIMENTO Nº 318551/2024

Interessado: Márcio Fernando Nogueira Borges de Campos  
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 10 dia(s) de férias ao(à) Exmo. Sr. Promotor de Justiça de Entrância Final em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 2º/2023, para fruição no período no período de 22/09/2025 a 01/10/2025.  
Aguinelo Balbi Júnior  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

REQUERIMENTO Nº 318552/2024

Interessado: Márcio Fernando Nogueira Borges de Campos  
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 10 dia(s) de férias ao(à) Exmo. Sr. Promotor de Justiça de Entrância Final em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 2º/2023, para fruição no período no período de 10/11/2025 a 19/11/2025.  
Aguinelo Balbi Júnior  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

REQUERIMENTO Nº 318604/2024

Interessado: André Virgílio Belota Seffair  
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 15 dia(s) de férias ao(à) Exmo. Sr. Promotor de Justiça de Entrância Final em epígrafe, relativos ao período

aquisitivo 1º/2023, originalmente previstas para o período no período de 26/04/2024 a 10/05/2024, para fruição no período no período de 29/04/2024 a 13/05/2024.  
Aguinelo Balbi Júnior  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

REQUERIMENTO Nº 318605/2024

Interessado: André Virgílio Belota Seffair  
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 15 dia(s) de férias ao(à) Exmo. Sr. Promotor de Justiça de Entrância Final em epígrafe, relativos ao período aquisitivo 1º/2023, originalmente previstas para o período no período de 28/06/2024 a 12/07/2024, para fruição no período no período de 01/07/2024 a 15/07/2024.  
Aguinelo Balbi Júnior  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

REQUERIMENTO Nº 318686/2024

Interessado: Lílian Maria Pires Stone  
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 20 dia(s) de férias ao(à) Exma. Sra. Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 1º/2024, para fruição no período no período de 14/10/2024 a 02/11/2024.  
Aguinelo Balbi Júnior  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

ATOS DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA

EXTRATO DE PROMOTORIA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO Nº 2023/0000118193.01PROM\_UAR

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por meio da Promotoria de Justiça de Uarini/AM, COMUNICA, a Instauração do Procedimento Investigatório Criminal nº040.2023.000549, com vistas a apurar o suposto maus-tratos figurando como possíveis vítimas as crianças C. e A. da S. P., de 03 anos de idade, ocorrido nesta Cidade de Uarini/AM, nos termos do art.54, da Resolução 006/2015, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Uarini/AM, data da assinatura.

(assinado e datado digitalmente)  
GUSTAVO VAN DER LAARS  
Promotor de Justiça  
Titular da Promotoria de Justiça de Alvarães,  
respondendo cumulativamente pela Promotoria de Justiça de Uarini

AVISO

PORTARIA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AUTAZES - AM  
PA 220.2022.000013  
(EM ANEXO)

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		PROCURADORES DE JUSTIÇA		CONSELHO SUPERIOR
Procurador-Geral de Justiça: Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais Aguinelo Balbi Júnior Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos Lilian Maria Pires Stone Corregedora-Geral do Ministério Público: Sílvia Abdala Tuma Secretária-Geral do Ministério Público: Renilce Helen Queiroz de Sousa		Câmaras Cíveis  Sandra Cal Oliveira Jussara Maria Pordeus e Silva Mara Nóbila Albuquerque da Cunha Suzete Maria dos Santos Marlene Franco da Silva Delisa Olívia Vieira Alves Ferreira Jorge Michel Ayres Martins Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza Marco Aurélio Lisciotto		Câmaras Reunidas Karla Fregapani Leite Públio Caio Bessa Cyrino Sílvia Abdala Tuma José Bernardo Ferreira Júnior Neyde Regina Demóstenes Trindade Silvana Nobre de Lima Cabral
		Câmaras Criminais Carlos Lélío Lauria Ferreira Rita Augusta de Vasconcellos Dias Mauro Roberto Veras Bezerra Sarah Pirangy de Souza Aguinelo Balbi Júnior Liani Mônica Cuedes de Freitas Rodrigues Adelton Albuquerque Matos Maria José da Silva Nazaré		Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente) Sílvia Abdala Tuma Mara Nóbila Albuquerque da Cunha Silvana Nobre de Lima Cabral Suzete Maria dos Santos Neyde Regina Demóstenes Trindade Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
				OUVIDORIA Jussara Maria Pordeus e Silva

Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - CEP: 69037-473 - Manaus/AM - Fone: (92) 3655-0500

**AVISO**

Promotoria de Justiça de Boa Vista do Ramos  
Notícia de Fato n.º 040.2024.000082  
(EM ANEXO)

**AVISO Nº 0004/2024/18PJ**

NOTÍCIA DE FATO N.º 01.2023.00006673-5

Comunico, a quem interessar, que foi determinado o indeferimento da presente Notícia de Fato, que trata de reclamação formulada junto a OGMP, em que cidadã, cujo endereço não foi localizado, relata suposta utilização irregular de calçadas, por parte de empresas privadas, com depósito de lixo em passeio público.

Instada a adotar, no exercício de suas competências, as medidas administrativas necessárias para cessar o despejo inadequado de resíduos sólidos no local, extinguindo a lixeira viciada que se formou e identificando os responsáveis pelos lançamentos indevidos, a SEMULSP relatou satisfatoriamente os procedimentos adotados para a resolução do problema noticiado.

Posto isto, verificando-se a ausência de elementos formais ensejadores da atuação desta PRODEMAPH, particularmente, que permitam a instauração de Procedimento Investigatório Criminal, impõe-se o indeferimento da Notícia de Fato n.º 01.2023.00006673-5, providência esta determinada com fundamento no art. 25, § 1º, III, da Resolução n.º 006/2015-CSMP.

Manaus, 19 de março de 2024.

(assinado eletronicamente)  
Francisco de Assis Aires Argüelles  
Promotor de Justiça

CNMP, bem como a necessidade de as complementar antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, conforme o art. 2º, §§4º a 7º, da mesma Resolução nº. 23/2007-CNMP;

**RESOLVE:**

- I – INSTAURAR o Procedimento Preparatório n.º. 06.2024.00000175-6 –79ª PRODEPPP, em face dada Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP e da empresa MACEARA CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA., a fim de apurar delitos envolvendo prestação de serviços públicos (contratos simulados), cometidos por empresas privadas, que, em tese, prestam serviços para a empresa concessionária de serviço de limpeza pública urbana (coleta de lixo e administração do aterro sanitário de Manaus);
- II –REQUISITAR à Secretaria Municipal de Limpeza Pública - SEMULSP cópia, em formato PDF, da íntegra dos Processos de Contratação, Medição e Liquidação de Despesas dos contratos celebrados com a empresa MACEARA CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA., CNPJ nº 19.714.007/0001-01, no período de 2015 a 2023;
- III – REQUISITAR à Superintendência Regional do Trabalho no Amazonas cópia, em formato PDF, da Relação Anual de Informações Sociais da empresa MACEARA CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA., CNPJ nº 19.714.007/0001-01, no período de 2015 a 2022.
- Autue-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.
- Manaus, 18 de março de 2024.
- WANDETE DE OLIVEIRA NETTO  
Promotora de Justiça de Entrância Final  
Titular da 79ª PRODEPPP

**PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 0006/2024/79PJ – 79ª PRODEPPP**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, através da 79ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa e Proteção do Patrimônio Público, pela Promotora de Justiça, infra-assinada, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 129, III, da CRFB; art. 80, § 1º, da Lei nº. 7.347/1985; art. 26, I, da Lei nº. 8.625/1993; art. 22 da Lei nº. 8.429/1992;

CONSIDERANDO que é função institucional e dever do Ministério Público instaurar inquérito civil e propor ação civil pública, na forma da lei, para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos; para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou do Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem, na forma do art. 25, IV, da Lei nº. 8.625/1993 e art. 3º, IV, "a" e "b", da Lei Complementar Estadual nº. 11/1993;

CONSIDERANDO a Notícia de Fato n.º. 06.2024.00000175-6, que visa apurar delitos envolvendo prestação de serviços públicos (contratos simulados), cometidos por empresas privadas, que, em tese, prestam serviços para a empresa concessionária de serviço de limpeza pública urbana (coleta de lixo e administração do aterro sanitário de Manaus).

CONSIDERANDO a posse de informações previstas nos arts. 6º e 7º da Lei nº. 7.347/1985, a autorizar a tutela dos interesses ou direitos mencionados no art. 1º da Resolução nº. 23/2007-

**AVISO Nº 06/2024/7PJ**

AVISO Nº. 06/2024/07PJ

O Promotor de Justiça Doutor Carlos Fábio Braga Monteiro, Promotor de Justiça por substituição legal da 07ª Promotoria de Justiça de Manaus/AM, no uso de suas atribuições, comunica ao Ilustríssimo Sr. Valterney do Nascimento Alegria e à Ilustríssima Sra. Gleyd Patrícia de Souza Prado da DECISÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial de que tratam os autos nº0449327-18.2024.8.04.0001. As razões do arquivamento estão expostas no Despacho de fls. 01 e fls.02, que se encontra à disposição nesta Promotoria de Justiça. Outrossim, ressalta-se que a(s) vítima(s), ou seu(s) representante(s) legal(is) poderá(ão), no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Aviso, submeter a matéria à revisão do Conselho Superior do Ministério Público. Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público.

Manaus (AM), 19 de março de 2024.

Carlos Fábio Braga Monteiro  
07ª Promotoria de Justiça Criminal de Manaus/AM

**PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 0009/2024/62PJ**

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2024.00000149-0

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO nº 0009/2024/62PJ

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, através da

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	PROCURADORES DE JUSTIÇA	CONSELHO SUPERIOR
<b>Procurador-Geral de Justiça:</b> Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior <b>Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais</b> Aguinelo Balbi Júnior <b>Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos</b> Lilian Maria Pires Stone <b>Corregedora-Geral do Ministério Público:</b> Sílvia Abdala Tuma <b>Secretária-Geral do Ministério Público:</b> Renilce Helen Queiroz de Sousa	<b>Câmaras Cíveis</b>  Sandra Cal Oliveira Jussara Maria Pordeus e Silva Mara Nóbria Albuquerque da Cunha Suzete Maria dos Santos Marlene Franco da Silva Delisa Olívia Vieira Alves Ferreira Jorge Michel Ayres Martins Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza Marco Aurélio Lisciotto	<b>Câmaras Criminais</b> Carlos Lélío Lauria Ferreira Rita Augusta de Vasconcellos Dias Mauro Roberto Veras Bezerra Sarah Pirangy de Souza Aguinelo Balbi Júnior Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues Adelton Albuquerque Matos Maria José da Silva Nazaré
	<b>Câmaras Reunidas</b> Karla Fregapani Leite Públio Caio Bessa Cyrino Sílvia Abdala Tuma José Bernardo Ferreira Júnior Neyde Regina Demóstenes Trindade Silvana Nobre de Lima Cabral	<b>CONSELHO SUPERIOR</b> Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente) Sílvia Abdala Tuma Mara Nóbria Albuquerque da Cunha Silvana Nobre de Lima Cabral Suzete Maria dos Santos Neyde Regina Demóstenes Trindade Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
		<b>OUVIDORIA</b> Jussara Maria Pordeus e Silva

Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - CEP: 69037-473 - Manaus/AM - Fone: (92) 3655-0500

62.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça ESPECIALIZADA NA PROTEÇÃO E DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal, art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e art. 26, I, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO ser função institucional e dever do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, na forma da Lei, para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados à ordem urbanística, na forma do inciso VI do artigo 1º da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO caber ao Ministério Público adotar medidas administrativas e judiciais previstas no Ato PGJ n.º 166/2002 c/c incisos I e XVIII do artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 011/93;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n.º 002, de 16 de janeiro de 2014 – que estabelece que o Plano Diretor Urbano e Ambiental constitui o instrumento básico da Política Urbana e Ambiental do Município de Manaus, formulado e implementado com base nos seguintes princípios: I – cumprimento das funções sociais e ambientais da Cidade e da propriedade urbana, assim como os espaços territoriais especialmente protegidos; II - promoção da qualidade de vida e do ambiente; III – valorização cultural da Cidade e de seus costumes e tradições, visando ao desenvolvimento das diversidades culturais; IV – inclusão social, por meio da regularização da propriedade territorial e da ampliação do acesso à moradia; V – aprimoramento da atuação do Poder Executivo sobre os espaços da cidade, mediante a utilização de instrumentos de controle do uso e ocupação do solo; VI – articulação das ações de desenvolvimento no contexto regional; VII – fortalecimento do Poder Executivo sobre os espaços da cidade, mediante a utilização de instrumento de controle e ocupação do solo; VIII – integração entre órgãos, entidades e conselhos municipais, visando à atuação coordenada no cumprimento das estratégias fixadas nesta Lei Complementar e na execução dos planos, programas e projetos a ela relacionados; IX – gestão democrática, participativa e descentralizada da Cidade;

CONSIDERANDO o que consta dos autos da Notícia de Fato nº 01.2023.00005461-7, sobre suposta poluição sonora e supostos danos estruturais graves às casas vizinhas das obras do empreendimento "Carmel Condominium SPA Resort", localizado na Rua Professora Maria A. Bacelar (antiga Rua Florestal), bairro Lírio do Vale;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento dos desdobramentos dos fatos, visando solução satisfatória da questão;

RESOLVE

DETERMINAR

I – a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2024.00000149-0, a fim de apurar supostos danos estruturais graves às casas vizinhas das obras do empreendimento "Carmel Condominium SPA Resort", localizado na Rua Professora Maria A. Bacelar (antiga Rua Florestal), bairro Lírio do Vale (Coordenadas: -3,0778239 -60,0705829);

II – como providência inaugural, expeça-se Ofício ao IMPLURB para que informe a existência de Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento objeto do presente inquérito civil, assinalando o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta;

III - cientifique-se o Noticiante que, em relação aos danos causados a sua propriedade, como também pelos incômodos ao qual foi submetido(a), por se tratar de direito privado individual,

deverá buscar a sua satisfação perante o Poder Judiciário, através dos profissionais habilitados, com capacidade postulatória para fazê-lo, como advogado ou Defensor Público, se for o caso;

IV – expeça-se ofício à SEMSEG acompanhados de cópias da presente NF (fls. 1-2) e de tudo que a instrui, para conhecimento dos fatos noticiados, devendo informa a este órgão ministerial se o problema noticiado causa risco de desabamento das casas dos moradores do entorno;

V - Atualize a planilha desta promotoria na plataforma Google Earth;

VI – Designar o servidor Iury Fachine Ramos, Servidor para secretariar os trabalhos do presente procedimento.

Manaus, 05 de março de 2024

LAURO TAVARES DA SILVA  
Promotor de Justiça

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 0011/2024/18PJ

PORTARIA Nº 0011/2024/18PJ

PIC Nº 06.2024.00000187-8

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da 18ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção e Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico;

CONSIDERANDO o que dispõem os arts. 8.º da Lei Complementar Federal n.º 75, de 20 de maio de 1993, e 26, da Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que disciplinam a atuação dos membros do Ministério Público na instrução de procedimentos investigatórios;

CONSIDERANDO que compete aos Promotores de Justiça das Promotorias de Justiça Especializadas na Proteção e Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, sempre que tiverem notícia de ameaça ou de agressão aos bens ambientais reveladores de ilícitos civil ou penal, instaurar procedimento administrativo prévio, nos termos do art. 80, caput e inciso V, a, da Lei Complementar Estadual nº. 11, de 17.12.1993 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 181, de 07 de agosto de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 006, de 20 de fevereiro de 2015, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO as peças informativas constantes do Inquérito Civil nº 06.2023.00000061-0.

RESOLVE:

INSTAURAR o Procedimento Investigatório Criminal n.º 06.2024.00000187-8 para apurar a responsabilidade penal da pessoa jurídica GUERIN TRANSPORTE RODOVIÁRIO EIRELI-ME e de seu administrador, Wilson Cunha de Mesquita, por funcionarem a atividade potencialmente poluidora de aterro de resíduos não perigosos – não inertes/classe II A, sem a devida licença ambiental, descumprindo ordem de interdição, causando danos a área de preservação permanente, impedindo e/ou dificultando a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, produzindo poluição ambiental e dando destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento, determinando inicialmente:

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	PROCURADORES DE JUSTIÇA	CONSELHO SUPERIOR
<b>Procurador-Geral de Justiça:</b> Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior <b>Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais</b> Aguinelo Balbi Júnior <b>Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos</b> Lilian Maria Pires Stone <b>Corregedora-Geral do Ministério Público:</b> Sílvia Abdala Tuma <b>Secretária-Geral do Ministério Público:</b> Renilce Helen Queiroz de Sousa	<b>Câmaras Cíveis</b> Sandra Cal Oliveira Jussara Maria Pordeus e Silva Mara Nóbria Albuquerque da Cunha Suzete Maria dos Santos Marlene Franco da Silva Delisa Olívia Vieira Alves Ferreira Jorge Michel Ayres Martins Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza Marco Aurélio Lisciotto	<b>Câmaras Reunidas</b> Karla Fregapani Leite Públio Caio Bessa Cyrino Sílvia Abdala Tuma José Bernardo Ferreira Júnior Neyde Regina Demóstenes Trindade Silvana Nobre de Lima Cabral
	<b>Câmaras Criminais</b> Carlos Lélcio Lauria Ferreira Rita Augusta de Vasconcellos Dias Mauro Roberto Veras Bezerra Sarah Pirangy de Souza Aguinelo Balbi Júnior Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues Adelton Albuquerque Matos Maria José da Silva Nazaré	<b>CONSELHO SUPERIOR</b> Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente) Sílvia Abdala Tuma Mara Nóbria Albuquerque da Cunha Silvana Nobre de Lima Cabral Suzete Maria dos Santos Neyde Regina Demóstenes Trindade Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
		<b>OUVIDORIA</b> Jussara Maria Pordeus e Silva

Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - CEP: 69037-473 - Manaus/AM - Fone: (92) 3655-0500



- o registro do competente procedimento e a autuação do presente acompanhado dos documentos que o instruem;
- a remessa de cópia para publicação;
- a comunicação e remessa de cópia do PIC à Vara de Inquéritos;
- o cumprimento do Despacho n.º 0069/2024/18PJ.

Dê-se ciência. Cumpra-se.

Gabinete da 18ª PRODEMAPH, Manaus, 19 de março de 2024.

Francisco de Assis Aires Argüelles  
Promotor de Justiça

AVISO Nº 0011/2024/51ªPJ

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por seu Promotor de Justiça in fine assinado, nos termos do art. 10, §§ 1º e 2º, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e, art. 39, § 4º, da Resolução n.º 006/2015-CSMP/AM, vem INTIMAR parte interessada no Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000069-7, cujo objeto trata de apuração de eventual descumprimento da legislação vigente, quanto ao tempo de espera nas filas para atendimento bancário pela investigada, em face de Banco do Brasil S/A, para se manifestar acerca da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO que, ao julgar dispensável a continuidade do feito, determinou seu arquivamento no âmbito desta especializada.

Por oportuno, informo que após o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação no Diário Oficial do Ministério Público (DOMPE), dar-se-á sequência ao processo de arquivamento dos autos, nos termos da Resolução N.º 006/2015-CSMP/AM.

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 0012/2024/18PJ

IC Nº 06.2024.00000188-9

PORTARIA Nº 0012/2024/18PJ

Tendo chegado ao conhecimento desta 18ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção e Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico por meio da Notícia de Fato nº 01.2024.00001471-8, instaurada de ofício pelo CAOMAPHURB para apurar informações sobre suposta contaminação de lençol freático por necrochorume proveniente do Cemitério Nossa Senhora Aparecida, localizado na Avenida do Turismo, nº 107, Bairro Ponta Negra, além de ausência de licenciamento ambiental do referido local;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 225 da Constituição da República, o meio ambiente é bem de uso comum do povo, e que as condutas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independente da obrigação de reparar os danos causados;

CONSIDERANDO que o art. 129, III da Constituição Federal prevê como função institucional do Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o artigo 88 da Constituição do Estado do Amazonas elenca entre as funções institucionais do Ministério Público a de instaurar procedimentos administrativos e, para sua instrução, expedir notificações para tomada de depoimentos e esclarecimentos, requisitar informações, exames, perícias e documentos, podendo promover inspeções e diligências

investigatórias;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público compete intentar Ação Civil Pública, em caso de danos causados ao meio ambiente, ex vi artigos 1º, I, e 5º, I, da Lei nº 7.347/85;

RESOLVO:

INSTAURAR O INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2024.00000188-9 para apurar a responsabilidade do Município de Manaus e da Secretaria Municipal de Limpeza Pública - SEMULSP por supostamente o Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida produzir poluição ambiental e funcionar sem a devida licença ambiental, determinando inicialmente:

- o registro do competente procedimento e a autuação da presente com documentos que a instruem;
- a designação da servidora Tamar Maia de Souza como secretária;
- a remessa de cópia para publicação;
- o cumprimento do Despacho n.º 0075/2024/18PJ.

Dê-se ciência. Cumpra-se.

Gabinete da 18ª PRODEMAPH, Manaus, 19 de março de 2024.

Francisco de Assis Aires Argüelles  
Promotor de Justiça

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 0016/2024/55ªPRODHED

55.ª Promotoria de Justiça de Manaus  
Procedimento Preparatório n.º 06.2023.00000382-8  
(EM ANEXO)

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 0017/2024/55ªPRODHED

55.ª Promotoria de Justiça de Manaus  
Procedimento Preparatório n.º 06.2023.00000432-7  
(EM ANEXO)

AVISO Nº 025/2024/90ªPJ

O Promotor de Justiça Dr. Márcio Fernando Nogueira Borges de Campos, titular da 90ª Promotoria de Justiça de Manaus/AM, no uso de suas atribuições, comunica RAIMUNDO GIRÃO DO REGO da DECISÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial de que tratam os autos nº 0453127-54.2024.8.04.0001. As razões do arquivamento estão expostas no Despacho de fls. 01 e 02, que se encontra à disposição nesta Promotoria de Justiça. Outrossim, ressalta-se que a(s) vítima(s), ou seu(s) representante(s) legal(is) poderá(ão), no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Aviso, submeter a matéria à revisão do Conselho Superior do Ministério Público. Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público.

Manaus (AM), 19 de março de 2024.

Márcio Fernando Nogueira Borges de Campos  
90ª Promotoria de Justiça Criminal de Manaus/AM

AVISO Nº 026/2024/90ªPJ

O Promotor de Justiça Dr. Márcio Fernando Nogueira Borges de Campos, titular da 90ª Promotoria de Justiça de Manaus/AM, no uso de suas atribuições, comunica FABIANA MUNIZ DE SOUZA da DECISÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial de que tratam

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	PROCURADORES DE JUSTIÇA	CONSELHO SUPERIOR
<b>Procurador-Geral de Justiça:</b> Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior <b>Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais</b> Aguinaldo Balbi Júnior <b>Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos</b> Lilian Maria Pires Stone <b>Corregedora-Geral do Ministério Público:</b> Sílvia Abdala Tuma <b>Secretária-Geral do Ministério Público:</b> Renilce Helen Queiroz de Sousa	<b>Câmaras Cíveis</b> Sandra Cal Oliveira Jussara Maria Pordeus e Silva Mara Nóbria Albuquerque da Cunha Suzete Maria dos Santos Marlene Franco da Silva Delisa Olívia Vieira Alves Ferreira Jorge Michel Ayres Martins Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza Marco Aurélio Lisciotto	<b>Câmaras Criminais</b> Carlos Lélcio Lauria Ferreira Rita Augusta de Vasconcellos Dias Mauro Roberto Veras Bezerra Sarah Pirangy de Souza Aguinaldo Balbi Júnior Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues Adelton Albuquerque Matos Maria José da Silva Nazaré
	<b>Câmaras Reunidas</b> Karla Fregapani Leite Públio Caio Bessa Cyrino Sílvia Abdala Tuma José Bernardo Ferreira Júnior Neyde Regina Demóstenes Trindade Silvana Nobre de Lima Cabral	<b>CONSELHO SUPERIOR</b> Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente) Sílvia Abdala Tuma Mara Nóbria Albuquerque da Cunha Silvana Nobre de Lima Cabral Suzete Maria dos Santos Neyde Regina Demóstenes Trindade Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
		<b>OUVIDORIA</b> Jussara Maria Pordeus e Silva

Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - CEP: 69037-473 - Manaus/AM - Fone: (92) 3655-0500



atender as unidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas – PGJ/AM, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico N.º 4.057/2023-CPL/MP/PGJ.

Valor: R\$ 284.499,84 (duzentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Dotação Orçamentária: Unidade Gestora: 03101 - Procuradoria Geral de Justiça; Unidade Orçamentária: 03101 - Procuradoria Geral de Justiça;; Programa de Trabalho: 03.122.0001.2087.0001 - Administração de Serviços de Energia Elétrica, Água e Esgoto e Telefonia; Fonte: 1.500.100.0.0000.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos; Natureza da Despesa: 33903993 - Serviços de Telefonia Fixa, tendo sido emitida, pela CONTRATANTE, em 06/03/2024, a Nota de Empenho n.º 2024NE0000517, no valor global de R\$ 120.349,70 (cento e vinte mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta centavos)..

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, compreendendo o período de 15 de março de 2024 a 15 de março de 2026.

Contratante: Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça.

Contratada: Fios Tecnologia da Informação Ltda.

Signatários: Exma. Sra. Lillian Maria Pires Stone (Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos) e Sr. Lucio Castro da Costa (Representante Legal da Contratada).

Data: 15.03.2024.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE  
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		PROCURADORES DE JUSTIÇA		CONSELHO SUPERIOR
<b>Procurador-Geral de Justiça:</b> Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior <b>Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais</b> Aguinelo Balbi Júnior <b>Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos</b> Lillian Maria Pires Stone <b>Corregedora-Geral do Ministério Público:</b> Sílvia Abdala Tuma <b>Secretária-Geral do Ministério Público:</b> Renilce Helen Queiroz de Sousa	<b>Câmaras Cíveis</b>	<b>Câmaras Criminais</b>	<b>Câmaras Reunidas</b>	Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente) Sílvia Abdala Tuma Mara Nóbila Albuquerque da Cunha Silvana Nobre de Lima Cabral Suzete Maria dos Santos Neyde Regina Demósthene Trindade Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
	Sandra Cal Oliveira Jussara Maria Pordeus e Silva Mara Nóbila Albuquerque da Cunha Suzete Maria dos Santos Marlene Franco da Silva Delisa Olívia Vieira Alves Ferreira Jorge Michel Ayres Martins Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza Marco Aurélio Lisciotto	Carlos Lélcio Lauria Ferreira Rita Augusta de Vasconcellos Dias Mauro Roberto Veras Bezerra Sarah Pirangy de Souza Aguinelo Balbi Júnior Liliani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues Adelton Albuquerque Matos Maria José da Silva Nazaré	Karla Fregapani Leite Públio Calo Bessa Cyrino Sílvia Abdala Tuma José Bernardo Ferreira Júnior Neyde Regina Demósthene Trindade Silvana Nobre de Lima Cabral	
				<b>OUVIDORIA</b> Jussara Maria Pordeus e Silva

Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - CEP: 69037-473 - Manaus/AM - Fone: (92) 3655-0500



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS  
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

### PORTARIA Nº 0578/2024/PGJ

ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2024, aprovado na Lei Orçamentária nº 6.672 de 29 de dezembro de 2023 e em seus créditos adicionais.

**O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 46 da Lei nº 6.328 de 28 de julho de 2023;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subtítulos e/ou as modalidades do gasto,

#### RESOLVE:

I - Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2024, da Unidade Orçamentária indicada no Anexo I desta Portaria;

II - Anexo I: com uma movimentação no valor de **R\$170.000,00 (CENTO E SETENTA MIL REAIS)**;

III - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de fevereiro de 2024.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, em Manaus, 11 de Março de 2024.

**ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR**

Procurador Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, **Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 18/03/2024, às 13:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1280248** e o código CRC **DC8A2628**.



ANEXO I

03000 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
03101 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO					
			SUPLEMENTAÇÃO			ANULAÇÃO		
			FORTE	ND	REG	VALOR(R\$)	ND	REG
Administração da Unidade								
03.122.0001.2001	A	3	1.500.100	3330	0001	170.000,00	3390	0001
TOTAL (R\$)						170.000,00	170.000,00	



**Ministério Público do Estado do Amazonas**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
55ª Promotoria de Justiça de Manaus

**Portaria nº. 0016/2024/55ªPRODHD**

**Nº MP: Procedimento Preparatório 06.2023.00000382-8**

**Assunto: INFRAESTRUTURA**

Manaus, 14 de março de 2024

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio do Promotor de Justiça infra-assinado, em exercício nesta 55.ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção e Defesa dos Direitos Humanos à Educação, no exercício de suas atribuições, com fundamento no Art. 129, inciso III da Constituição Federal, Art. 8.º, § 1.º, da Lei 7.347/85, Art. 26, § 1.º, da Lei 8.625/93 c/c Art. 67 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 011/93;

**CONSIDERANDO** que é função institucional e dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (Art. 129, inciso III);

**CONSIDERANDO** que cabe ao Ministério Público, por esta Promotoria de Justiça Especializada, a defesa dos interesses e direitos humanos à educação bem como a fiscalização dos sistemas estaduais e municipais de ensino, zelando pelo atendimento educacional dentro dos parâmetros legais (Artigo 4.º do Ato PGJ n.º 16/2015);

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 127 da Constituição Federal, que assevera ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

**CONSIDERANDO** o teor do **Procedimento Preparatório n.º 06.2023.00000382-8**, instaurado objetivando investigar o saneamento de inconsistências estruturais visualizadas na esfera da Escola Municipal São Judas Tadeu, nos termos da Portaria n.º 0029/2029/55.ªPRODHD;

**CONSIDERANDO** o teor do Despacho n.º 0083/2024/55.ªPRODHD do



**Ministério Público do Estado do Amazonas**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
**55ª Promotoria de Justiça de Manaus**

Procedimento Preparatório n.º 06.2023.00000382-8 e o esgotamento do prazo para a instrução o mesmo;

**RESOLVE**

**Converter** o presente **Procedimento Preparatório em Inquérito Civil**, na forma da Resolução n.º 006.2015-CSMP, objetivando dar continuidade à investigação quanto ao saneamento das seguintes inconsistências/necessidades visualizadas na esfera da Escola Municipal São Judas Tadeu, a saber:

A.1) cobertura/telhamento, pois verificou-se muitas goteiras na unidade escolar;

A.2) instalação de exaustor tipo "coifa" sobre o fogão e exaustor de parede na cozinha, de maneira a minimizar o calor ali retido;

A.3) retirada da botija de gás GLP de dentro da cozinha e instalação no abrigo existente; e

A.4) reforma nos banheiros feminino e masculino, visto que todos eles estão sem portas nas cabines, com muitos vazamentos nas tubulações de água e esgoto, e necessidade de troca do piso, das divisórias sanitárias e das louças sanitárias;

**Determinar:**

I - O registro do presente **Inquérito Civil**, na forma da Resolução n.º 006.2015-CSMP, nomeando-se para tanto o(a) servidor(a) agente de apoio desta Especializada para secretariar os trabalhos;

II - certificar a desnecessidade de decretação de restrição/sigilo nos presentes autos, considerando as justificativas delineadas no Despacho nº 0290/2023/55ªPRODHD;

III - que seja expedido ofício à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, para que, no prazo de 10(dez) dias úteis, manifeste-se acerca do saneamento das seguintes inconsistências/necessidades visualizadas na esfera da Escola Municipal São Judas Tadeu, a saber:

a) cobertura/telhamento, pois verificou-se muitas goteiras na unidade escolar;

b) instalação de exaustor tipo "coifa" sobre o fogão e exaustor de parede na cozinha, de maneira a minimizar o calor ali retido;

c) retirada da botija de gás GLP de dentro da cozinha e instalação no abrigo existente; e



**Ministério Público do Estado do Amazonas**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**55ª Promotoria de Justiça de Manaus**

d) reforma nos banheiros feminino e masculino, visto que todos eles estão sem portas nas cabines, com muitos vazamentos nas tubulações de água e esgoto, e necessidade de troca do piso, das divisórias sanitárias e das louças sanitárias.

IV) que por ocasião da efetivação do item "III" seja encaminhado como anexo o Ofício nº 6374/2023-SEMED/GSAF (fls. 39-45), como forma de subsidiar a resposta a ser encaminhada a este Órgão Ministerial.

V - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Manaus, 15 de março de 2024.

**Marcelo Pinto Ribeiro**

Promotor de Justiça designado

Portaria n.º 1397/2023/PGJ





**Ministério Público do Estado do Amazonas**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
55ª Promotoria de Justiça de Manaus

**Procedimento Preparatório n.º 06.2023.00000432-7 MP/AM**

**PORTARIA N.º 0017/2024/55ªPRODHE**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio do Promotor de Justiça infra-assinado, no exercício de suas atribuições na 55.ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção e Defesa dos Direitos Humanos à Educação - PRODHE, com fundamento no art. 129, inciso II, da Constituição Federal, art. 26 da Lei n.º 8.625/93 e art. 67 da Lei Complementar n.º 011/93;

**CONSIDERANDO** a Resolução n.º 023, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina, no âmbito do Ministério Público Nacional, a instauração e tramitação do Inquérito Civil e do Procedimento Preparatório;

**CONSIDERANDO** a Resolução n.º 006/2015 – CSMP, que uniformizou no Ministério Público do Estado do Amazonas os expedientes de investigação civil;

**CONSIDERANDO** o vencimento do prazo de tramitação do Procedimento Preparatório n.º 06.2023.00000432-7, instaurado com o objetivo de apurar suposto descumprimento de carga horária por parte de docente vinculada à rede pública estadual de ensino, nos termos da Portaria n.º 0035/2023/55.ªPRODHE, oportunidade na qual se determinou a expedição de ofício à Secretaria Estadual de Educação – SEDUC solicitando, dentre outros dados, informações acerca da instauração ou não de procedimento administrativo objetivando apurar o objeto dos presentes autos;

**CONSIDERANDO** entender esta Promotoria que no atual estágio processual remanesce a necessidade de averiguar se a professora Gabriela da Silva Bezerra ainda se encontra lotada na esfera da Escola Estadual de Tempo Integral Profa. Jacimar da Silva Gama, isso como forma de que a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC providencie a substituição da docente caso o quadro de afastamentos/licenças da servidora ainda esteja ocorrendo no corrente ano de 2024, sem prejuízo das demais diligências cabíveis, fazendo-se necessário **realizar a prorrogação única por mais 90 (noventa) dias** o presente **Procedimento Preparatório**, conforme determinado no art. 26, *caput*, § 1.º, c/c art. 31, ambos da Resolução n.º 006/2015-CSMP;



**Ministério Público do Estado do Amazonas**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
55ª Promotoria de Justiça de Manaus

**RESOLVE:**

1. **RENOVAR** o **Procedimento Preparatório n.º 06.2023.00000432-7**, na forma da Resolução n.º 006.2015-CSMP, considerando a necessidade de efetivação da diligência contida no Despacho n.º 0082/2024/55ªPRODHD;
2. **PUBLICAR** a presente Portaria no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Amazonas.

**CUMpra-SE.**

Manaus, 17/03/2024.

**Marcelo Pinto Ribeiro**  
Promotor de Justiça designado  
Portaria n.º 1397/2023/PGJ



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOA VISTA DOS RAMOS**

**Notícia de Fato n. 040.2024.000082**

**PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO**

(art. 23, inciso III c/c art. 15, §2º, ambos da Resolução n.º 006.2015 do CSMP)

Trata-se de notícia de fato anônima narrando que o Diretor do Hospital Clovis Negreiros e alguns servidores da Secretaria de Saúde costumam usar, para fins de interesse particular, lanchas e carros públicos, disponibilizados para a unidade de saúde.

Narra o(a) noticiante que o diretor da unidade de saúde, em suas redes sociais, exibe fotos do veículo oficial sendo usado para sua igreja e em atividades de lazer com a família. Ainda, que o servidor e sua companheira constroem funcionários para terem seus pedidos atendidos.

É o relatório.

Infer-se da narrativa a ausência de identificação dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde que, supostamente, utilizam os carros e lanchas públicas para fins de interesse particular.

Em relação ao Diretor do Hospital Clovis Negreiros, não foram juntados documentos comprobatórios das alegações e nem indicadas testemunhas dos fatos. Insta salientar que, na presente data, busquei as redes sociais do noticiado, contudo, não obtive êxito em obter informações mínimas para iniciar uma apuração.



Assinado eletronicamente por: Adriana M. Espinheira em 15/03/2024





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOA VISTA DOS RAMOS

facebook.com/everaldo.andrade.583

facebook

Email ou telefone Senha Entrar Esqueceu a conta?

Este conteúdo não está disponível no momento

Quando isso acontece, geralmente é porque o dono compartilhou o conteúdo apenas com um pequeno grupo de pessoas, alterou quem pode vê-lo ou ele foi excluído.

Ir para o Feed de Notícias

Voltar

Acessar a Central de Ajuda

40732053234 (9)

Nome

☐ FRANCISCO EVERALDO FARIAS ANDRADE

CNJ - BNMP (0)

☐ Nenhum resultado encontrado.

MTE - RAIS Trabalhador (1)

Nome

☐ 01/69259346-02/2017/1302603

CJF - Rol de Culpados (0)

☐ Nenhum resultado encontrado.

SINESP - Procedimentos (1)

Dados do Estabelecimento

Razão Social	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE SAUDE		CNPJ/CEI	00697295000105	
Ind CEI Vinculado	Não vinculado	CEI Vinculado	N/I	Tipo Estab	CNPJ
Município	Manaus	CEP	69060001	Tamanho do Estabelecimento	1000 OU MAIS
Classe de Atividade Econômica versão 2.0	Administração Pública em Geral	Subclasse de Atividade Econômica versão 2.0	Administração Pública em Geral	Optante pelo Simples	Não optante

Dados do Vínculo

Tipo de Vínculo	Servidor regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio de Previdência		Vínculo Ativo em 31/12	Ativo	
Tipo de Admissão	Não admitido no ano	Data de Admissão Declarada	21/10/2005	Tipo de Salário	Mensal
VI Remun Média Nom	4.686,92	VI Remun Média (SM)	4,90	VI Salário Contratual	9,98
Tempo de Emprego		Ord Horas Contratuais		Motivo do Desligamento	

Pesquisar

Francisco Everaldo Farias Andrade

☒ Todas as bases ☒ Indivíduos ☒ Veículos

Francisco Everaldo... (2)

☒ NOME Francisco Everaldo Farias

☒ Receita Federal - PF (1)

Nome

☐ FRANCISCO EVERALDO FARIAS ANDRADE

CNJ - BNMP (0)

Detalhes da Pessoa Física

☐ Adicionar detalhes ao relatório

Mãe	CPF	D. N.
MARIA DO ROSARIO FARIAS ANDRADE	40732053234	09/05/1971
Data Últ. Atualização	Título de Eleitor	Sexo
19/05/2022	N/I	Masculino
Ano do Óbito	Situação Cadastral	Residente no exterior
N/I	Regular	Não Residente
Código e País	Código Ocupação	Código Ocupação principal
N/I	31	420
Exercício natureza da ocupação e código ocupação principal	Endereço	Município - UF
2022	RUA HIGINA BONILHA ROLIM 1646	MAUES - AM
Unidade Administrativa	CEP	Telefone
PARINTINS	69190000	N/I
	Indicativo de Estrangeiro	
	Não é estrangeiro	







**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOA VISTA DOS RAMOS**

SENATRAN - RENAVAM (4)

☐ Selecionar todos

Refinar

Placa	Município - UF	Marca/Modelo	Cor	Ano Fabricação/Ano Modelo	CPF/CNPJ do Proprietário	Roubo/Furto
<input type="checkbox"/> PHM5430	Maués - AM	HONDA/NXR160 BROS ESD	BRANCA	2015/2015	40732053234	Não
<input type="checkbox"/> PHI2F39	Maués - AM	HONDA/POP 110I	VERMELHA	2016/2017	40732053234	Não
<input type="checkbox"/> PHK1870	Manaus - AM	HONDA/CG 160 FAN ESDI	VERMELHA	2016/2017	40732053234	Sim
<input type="checkbox"/> QZJ2C34	Maués - AM	HONDA/ELITE 125	VERMELHA	2022/2022	40732053234	Não

Noutro giro, também não foi possível obter informações complementares do noticiante, isso porque, em virtude do anonimato, restou inviável a solicitação de informações complementares ou novos documentos, na forma do ar. 16, § 2º da Resolução n.º 006.2015.CSMP.

Não se desconhece o teor do art. 15, § 2º da Resolução n.º 006.2015.CSMP, o qual preconiza que a notícia de fato anônima não implicará a ausência de providências, contudo, é necessário que seja fornecido, por meio legalmente permitido, **informações sobre o fato e seu provável autor, bem como a qualificação mínima que permita sua identificação e localização**. *In casu*, não foram fornecimento elementos mínimos para o início de uma investigação, a exemplo do nome de eventuais testemunhas ou registros fotográficos das imputações narradas, as quais, seguindo o(a) noticiante, existiriam.

Frise-se que a instauração de procedimento investigatório de infração penal ou administrativa, à **falta de qualquer indício mínimo da prática de crime ou infração administrativa**, especialmente fundada em denúncia anônima, poderá configurar abuso de autoridade por parte deste órgão ministerial (art. 30 Lei 13.869/2019).

Assim, com fulcro no art. 23, inciso III c/c art. 15, §2º, ambos da Resolução n.º 006.2015 do CSMP, determino o **arquivamento desta notícia de fato**, visto que desprovida de elementos de prova ou de informação mínimas para o início de uma apuração. À Agente de Apoio para:

1. **Cientifique desta decisão de indeferimento o(a) Noticiante**, na forma do art. 18, §1º da Resolução n.º 006.2015 do CSMP, o qual preconiza que **a identificação deverá efetivada pela publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público (DOMPE)** no caso de notícia anônima. Registre-se que do indeferimento da Notícia de fato caberá **recurso administrativo** ao Conselho Superior do Ministério Público, devidamente fundamentado e com as respectivas razões, no prazo de **10 (dez) dias**. **Junte-se cópia da presente decisão de indeferimento de instauração de procedimento;**

2. Caso o(a) Noticiante apresente recurso contra a decisão de indeferimento da notícia de fato, o aludido documento, protocolado na secretaria do órgão que indeferiu a instauração de procedimento e juntado aos respectivos autos extrajudiciais, deverão ser remetidos, no prazo de **3 (três) dias**, ao **Conselho Superior do Ministério Público**, para apreciação, **caso não haja reconsideração** (art. 20, §1º, da Resolução n.º 006.2015 do CSMP);

Assinado eletronicamente por: Adriana M. Espinheira em 15/03/2024





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOA VISTA DOS RAMOS**

3. **Não havendo recurso**, os autos serão arquivados no órgão que a apreciou, registrando-se no sistema respectivo, ficando a documentação à disposição dos órgãos correccionais (art. 20, §2º, da Resolução n.º 006.2015 do CSMP).

Barreirinha/AM, na data da assinatura eletrônica.

*(assinatura eletrônica)*

**ADRIANA MONTEIRO ESPINHEIRA**

Promotora de Justiça

Assinado eletronicamente por: Adriana M. Espinheira em 15/03/2024





Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

## PORTARIA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AUTAZES-AM

**PA 220.2022.000013**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, através de sua Promotoria de Justiça de AUTAZES-AM, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, máxime os artigos 127, *caput*, e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, e as disposições da Lei Orgânica Nacional nº 8.625/93 e da Lei Complementar Estadual nº 011/93;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 006/2015, do – CSMP, de 06 de fevereiro de 2015, que uniformizou a tramitação dos procedimentos extrajudiciais civis e criminais no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas, na área dos interesses e direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis;

**CONSIDERANDO** é função institucional do Ministério Público promover o Procedimento Administrativo para a proteção do patrimônio público e social, meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

**CONSIDERANDO** que foi criada a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), com a finalidade de implementar, no âmbito de suas competências, a Política Nacional de Recursos Hídricos e de instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. (Art. 3 da Lei 14.026/2020);

Assinado eletronicamente por: Carlos F. Dantas em 05/02/2024





Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**CONSIDERANDO** que o Novo Marco Legal do Saneamento Básico já se encontra em vigor há mais de 2 (dois) anos, uma vez que a Lei 14.026/2020 foi publicada aos 16 de julho de 2020, sem que muitos avanços tenham sido alcançados na implementação das mudanças, o que indica o papel de relevo do Ministério Público no impulsionamento das medidas necessárias à implementação dos resultados pretendidos, num ambiente de interlocução interinstitucional e diálogo;

**CONSIDERANDO** que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, conforme disposto no artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;

**CONSIDERANDO** que foi instaurado nesta Promotoria de Justiça a Notícia de Fato nº 111020221833, visando **acompanhar a atuação do Município de Autazes/AM na existência e efetiva implementação do plano municipal de saneamento básico, compreendido na conclusão de obra de infraestrutura na rua Ozanes Tupinambá Nobre, bairro Cidade Nova I, neste município;**

**CONSIDERANDO** que a referida Notícia de Fato se encontra com o prazo de conclusão esgotado e que ainda se faz necessária a adoção de providências;

**CONSIDERANDO** que o Procedimento Administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições, segundo o que delimita o art. 8º, inciso II, da Resolução CNMP nº 174/2017, de 04.07.2017.

**RESOLVE:**

**I- CONVERTER** a Notícia de Fato nº 111020221833 em **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, sob o nº **220.2022.000013**, visando à continuidade de **acompanhar a política pública de saneamento básico pelo Município de Autazes/AM, especificamente na conclusão de obra de infraestrutura na rua Ozanes Tupinambá Nobre, bairro Cidade Nova I, neste município**, devendo, para tanto,







**Ministério Público do Estado do Amazonas**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

promover a coleta de informações, depoimentos, certidões e demais diligências indispensáveis à instrução do feito, reunindo elementos para tomar as providências eventualmente necessárias, no âmbito judicial ou extrajudicial;

**II- DETERMINAR** de imediato, sua autuação e registro no Livro de Registros de Procedimentos nesta Promotoria de Justiça, anotando a providência no livro correspondente, e que seja inserido no MPV;

**III- DETERMINAR** que seja oficiada à Secretaria de Infraestrutura de Autazes, a fim de se manifestar sobre a obra que se encontra incompleta na rua Ozanes Tupinambá, bairro Cidade Nova I, e informar o prazo da conclusão da obra no local em questão, com o retorno no prazo de 10 (dez) dias úteis;

**IV- DETERMINAR** o envio desta portaria para publicação no DOMPE, anexando o comprovante de envio; publicando também no mural do MPE em Autazes-AM por 30 dias;

**V- DESIGNAR** a assessora de Promotoria de Justiça de Entrância Inicial FABIANE AGUIAR FALCÃO para secretariar o presente procedimento.

Publique-se. Registre-se. Autue-se. Cumpra-se.

Autazes/Am, 04 de fevereiro de 2024.

**CARLOS FIRMINO DANTAS**

Promotor de Justiça





Ministério Público do Estado do Amazonas  
01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Humaitá - 01PROM\_HUT  
Rua 13 de novembro, s/n, Centro. Antiga Praça da Bandeira., MPAM Interior Humaitá - Humaitá-AM  
(97) 3373-3426

**DECISÃO Nº 2024/0000020464.01PROM\_HUT**

**Processo n. 038.2024.000113**

Notícia de Fato

Crime Ambiental

Noticiado: **Leonicio Alves Carvalho**

Peça Profissional: **Promoção**

**Despacho**

Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática de crime Ambiental cometido por **Leonicio Alves Carvalho**.

Todavia, os fatos ocorreram no ramal São Bernardo II, sul de Canutama/AM.

Diante disso, declina-se da atribuição para atuar no presente feito, determinando-se a sua imediata remessa à Promotoria de Justiça de Canutama/AM.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Humaitá-AM, 14 de fevereiro de 2024.

**Weslei Machado**  
Promotor de Justiça

Assinado eletronicamente por: Weslei M. Alves em 18/03/2024



Notícia de Fato 038.2024.000113 - Documento 2024/0000020464 criado em 29/02/2024 às 14:40

Este documento pode ser verificado no endereço <https://mpvirtual.mpam.mp.br/validacao> através do código 9121272c

Este processo pode ser acompanhado no endereço <https://mpvirtual.mpam.mp.br/consulta>



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**51ª Promotoria de Justiça de Manaus**

**Aviso de Intimação nº 0011/2024/51ªPJ**

**Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000069-7**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por seu Promotor de Justiça in fine assinado, nos termos do art. 10, §§ 1º e 2º, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e, art. 39, § 4º, da Resolução n.º 006/2015-CSMP/AM, vem INTIMAR parte interessada no **Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000069-7**, cujo objeto trata de apuração de eventual descumprimento da legislação vigente, quanto ao tempo de espera nas filas para atendimento bancário pela investigada, em face de **Banco do Brasil S/A**, para se manifestar acerca da **PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO** que, ao julgar dispensável a continuidade do feito, determinou seu arquivamento no âmbito desta especializada.

Por oportuno, informo que após o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação no Diário Oficial do Ministério Público (DOMPE), dar-se-á sequência ao processo de arquivamento dos autos, nos termos da Resolução N.º 006/2015-CSMP/AM.

Manaus, 18 de março de 2024

**Sheyla Andrade dos Santos**

Promotora de Justiça

51ª PRODECON

Em Substituição-Legal



**Ministério Público do Estado do Amazonas**  
**03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Parintins - 03PROM\_PIN**  
 Estrada Parintins-Macurany, 179. Conj. João Novo I, MPAM Interior Parintins, Centro - Parintins-AM  
 (92) 3533-6625

**DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 2023/0000121437.03PROM\_PIN**

Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o objetivo de investigar possível superfaturamento do Complexo Natalino do ano de 2014, por parte da Prefeitura Municipal de Parintins, gestão do ex-Prefeito Carlos Alexandre Ferreira da Silva.

O presente procedimento teve início diante de representação apresentada pelo então Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Parintins, narrando as seguintes possíveis irregularidades: i) descumprimento da lei de transparência; ii) superfaturamento do complexo natalino do ano de 2014; iii) irregularidade no processo licitatório para a coleta de lixo; iv) irregularidade no processo licitatório para a construção de escolas no interior; v) emissão de passagens aéreas e fluviais de forma abusiva; vi) existência de servidores fantasmas na folha de pagamento; e vii) abandono da praça digital.

Enquanto diligências preliminares, a então Exma. Promotora de Justiça oficiante determinou a notificação do noticiante para que comparecesse a essa unidade ministerial, bem como a expedição de ofício à atual administração municipal solicitando informações atualizadas sobre os problemas apresentados pela praça digital.

No dia 02/08/2017 compareceu a essa Promotoria de Justiça o Sr. Nelson Raimundo Pinheiro Campos, aduzindo que: i) o município não alimentava o site da transparência e não respondia aos requerimentos aprovados e enviados pela Câmara Municipal; ii) o complexo natalino de 2014 teria custado um milhão de reais, motivo pelo qual o então gestor municipal havia sido oficiado para prestar informações sobre o processo licitatório e não tinha respondido; iii) sobre a coleta de lixo, informou que a empresa vencedora do procedimento licitatório teria sido criada especificamente para aquele serviço e não possuía capacidade técnica para exercer a função; iv) quanto a construção de escolas no interior, esclareceu que realizado o procedimento licitatório, uma empresa venceu o certame e depois houve o distrato e uma segunda empresa ganhou outra licitação, ao solicitar informações da Prefeitura Municipal sobre possível perda de recursos, não obteve resposta; v) passagens aéreas de fluviais eram emitidas de forma abusiva, não se sabendo a quem eram destinadas; vi) a possível existência de funcionários fantasmas na folha de pagamento da Prefeitura Municipal e de rachadinha. Não foram apresentadas documentações comprobatórias das alegações ou os nomes de testemunhas.

A então Exma. Promotora de Justiça oficiante delimitou o objeto da presente investigação quanto ao suposto superfaturamento do complexo natalino do ano de 2014, e determinou a expedição de ofício ao Prefeito Municipal Frank Luiz da Cunha Garcia, solicitando que prestasse informações atualizadas sobre o tema e o que mais a administração atual entendesse pertinente.

Assinado eletronicamente por: Marina C. Maciel em 07/03/2024

Em resposta, a Comissão Municipal de Licitação apenas afirmou que “*não houve a abertura de processo licitatório para os serviços do Complexo Natalino do ano de 2014, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93*”.

Realizadas a 1ª e 2ª prorrogações de prazo em 04/08/2018 e 15/07/2019, respectivamente. Ademais, oficiou-se a Procuradoria-Geral do Município de Parintins, solicitando que informasse o valor gasto para a construção do complexo natalino de 2014 e a fonte dos recursos empregados na obra, bem como o encaminhamento de cópia do procedimento de autorização da construção do complexo.

Da mesma forma, expedidos ofícios à Câmara Municipal de Vereadores e ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, solicitando informações sobre a existência ou não de prestação de contas; em caso positivo, que fosse encaminhado o julgamento ou a situação atual do aludido procedimento.

**No dia 17/08/2022, os autos do inquérito civil foram redistribuídos à 3ª Promotoria de Justiça de Parintins** em razão do declínio de atribuição por se tratar de caso de repreensão aos atos de improbidade administrativa e defesa do patrimônio público.

Ao receber os autos, chamou-se o feito à ordem para regularizar as prorrogações de prazo, no seguinte sentido: 1ª Prorrogação a contar de 04/08/2018; 2ª Prorrogação a contar de 04/08/2019; 3ª Prorrogação a contar de 04/08/2020; 4ª Prorrogação a contar de 04/08/2021; e 5ª Prorrogação a contar de 04/08/2022. Ainda, oficiou a Prefeitura Municipal de Parintins para que informasse sobre a existência de documentos relacionados à realização do empreendimento do Complexo Natalino do ano de 2014, indicando qual teria sido a empresa responsável pela realização do serviço e o respectivo valor de contratação, se fosse o caso, e para que informasse quem era o Secretário de Cultura à época dos fatos, ou o respectivo responsável pela realização do evento natalino.

Em 12/10/2023 procedeu-se à 6ª prorrogação de prazo. Na oportunidade, determinou-se a expedição de ofício à Procuradoria-Geral do Município, solicitando que prestasse informações sobre os gastos referentes ao Complexo Natalino de Parintins realizado no ano de 2014, conforme noticiado nos autos, com o encaminhamento de cópia de todos documentos pertinentes, informando ainda se houve prestação de contas referente aos fatos narrados, apresentando suas conclusões; e à Câmara de Vereadores de Parintins requisitando informações sobre a existência ou não de prestação de contas e, em caso positivo, encaminhasse o resultado do julgamento ou informasse a atual situação, com cópia dos documentos pertinentes.

Finalmente, por meio do Ofício Nº 212/2023-PGMP, o Procurador-Geral do Município informou a inexistência de documentos relativos ao objeto dessa investigação, afirmando que durante a transição de governo, houve a destruição e extravio de diversos documentos e que a prestação de contas do Sr. Carlos Alexandre Ferreira Silva foi desaprovada pela Câmara Municipal de Parintins.

**É o relatório.**



Inquérito Civil 167.2019.000033 - Documento 2023/0000121437 criado em 20/12/2023 às 15:30

Este documento pode ser verificado no endereço <https://mpvirtual.mpam.mp.br/validacao> através do código baa55c35

Este processo pode ser acompanhado no endereço <https://mpvirtual.mpam.mp.br/consulta>



Pois bem. Passados quase dez anos dos fatos apurados e mais de 06 (seis) anos desde a instauração do presente inquérito civil, não foram angariadas provas suficientes de irregularidade ou ilegalidade praticada pelo ex-gestor municipal em relação ao Complexo Natalino de Parintins do ano de 2014, sendo forçoso concluir que, diante do lapso temporal retromencionado, dificilmente será possível, nesse momento, obter meios de prova que subsidiem justa causa para o início de uma persecução cível. Consequentemente, caso a presente investigação fosse estendida, entendendo que a procrastinação seria injustificada, o que poderia, inclusive, configurar abuso de autoridade por parte deste órgão ministerial (art. 31, Lei 13.869/2019).

Nesse sentido, o ex-prefeito Carlos Alexandre Ferreira da Silva encerrou seu último mandato no ano de 2016, sendo forçoso reconhecer a prescrição de eventual conduta ímproba praticada quanto aos fatos em questão.

E, em relação à prescrição do ato ímprobo, importante ressaltar que não obstante a mudança no prazo de prescrição das ações de improbidade administrativa, trazida pela Lei n. 14.230/2021, **o Plenário do STF entendeu que os prazos prescricionais previstos na novel legislação não retroagem, sendo aplicáveis apenas a partir de sua publicação, em 26/10/2021** (STF. Plenário. ARE 843989/PR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 18/8/2022 (Repercussão Geral – Tema 1.199, Info 1065).

Assim, a Lei 8.429/1992 estabelecia o prazo de cinco anos para a prescrição da pretensão na hipótese de mandato, cargo em comissão ou função de confiança, iniciando-se a contagem do prazo prescricional após o término do exercício de tais funções (art. 23, I).

Logo, mesmo que se concluísse pela prática de improbidade administrativa, **não é mais possível a punição do agente neste caso sob análise, pois com o fim do seu mandato no ano de 2016, conforme dito, ocorreu a prescrição do direito de o Estado punir o agente público**, nos termos do art. 23 da Lei n. 8.429/92.

Além disso, agora sob o ângulo do dano ao erário que possa ter decorrido do Complexo Natalino de Parintins do ano de 2014, é importante destacar que, em 08/08/2018, decidiu o Supremo Tribunal Federal, no Tema 897 de repercussão geral, que “são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa”.

No mesmo norte, o Superior Tribunal de Justiça definiu no Tema 1.089 de recursos especiais repetitivos (Afetação em 30/04/2021, Julgado em 22/09/2021) que em “na ação civil pública por ato de improbidade administrativa é possível o prosseguimento da demanda para pleitear o ressarcimento do dano ao erário, ainda que sejam declaradas prescritas as demais sanções previstas no art. 12 da Lei 8.429/92”.

Portanto, se fundada na prática de ato doloso de improbidade administrativa, a ação que busca o ressarcimento de danos ao erário é imprescritível, consoante o disposto no artigo 37, § 5º, da Constituição Federal: “a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento”.

Ocorre que, *in casu*, da minuciosa leitura dos autos, não se obtém elementos de informação mínimos que denotem a prática de ato **doloso** de improbidade administrativo, de

Assinado eletronicamente por: Marina C. Maciel em 07/03/2024



nenhuma das condutas proscritas pela Lei nº 8.429/92.

Ademais, passados mais de dez anos desde os fatos apurados, não se vislumbra a existência de diligências investigativas que, a essa altura, sejam capazes de elucidar e comprovar atos tipificados na LIA, diante da prejudicialidade da produção probatória pelo decurso do tempo.

Logo, sem prova do ato doloso de improbidade administrativa, eventual dano ao erário, ainda que tenha ocorrido, torna-se ilícito civil comum, que, pois, encontra-se sujeito à prescrição no prazo geral de 05 anos, conforme há muito decidido pelo STF no RE 669.069, interstício esse que, no caso sob investigação, já se consumou.

Diante de todo o exposto, prescrita eventual pretensão em ação de improbidade administrativa, e prescrito, ainda, eventual dano ao erário que tenha ocorrido – não havendo falar em imprescritibilidade desse último na hipótese, pois não há prova do ato doloso de improbidade administrativa, inviável de ser perquirida a essa altura, diante do transcurso de mais de dez anos desde os fatos apurados –, **determino o ARQUIVAMENTO da presente investigação**, com fulcro no art. 26, §2º c/c art. 39, I, ambos da Resolução n.º 006.2015 do CSMP, diante da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, depois de esgotadas todas as diligências possíveis. Determino, ainda:

- a) Cientifique desta decisão de arquivamento o Noticiante, na forma do art. 39, § 2º e 4º, da Resolução n.º 006.2015 do CSMP, o qual preconiza que a cientificação poderá ser pessoal, por meio de carta com aviso de recebimento, correio eletrônico ou quando não for possível, por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público (DOMPE). Registre-se que do arquivamento cabe recurso administrativo, sendo possível a apresentação de razões escritas ou documentos até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento; e
- b) Na sequência, em conformidade com o art. 39, §2º, da Resolução n.º 006.2015 do CSMP, os autos do inquérito civil, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 03 (três) dias, contado da comprovação da efetiva cientificação dos interessados.

Parintins/AM, na data da assinatura eletrônica.

**MARINA CAMPOS MACIEL**

Promotora de Justiça

Assinado eletronicamente por: Marina C. Maciel em 07/03/2024





Ministério Público do Estado do Amazonas  
 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Humaitá - 01PROM\_HUT  
 Rua 13 de novembro, s/n, Centro. Antiga Praça da Bandeira., MPAM Interior Humaitá - Humaitá-AM  
 (97) 3373-3426

### DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 2024/0000019921.01PROM\_HUT

**Ref.: Notícia de Fato n.: 038.2024.000163**

**Noticiante: Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM.**

**Noticiado (s): Maria Izabel Rovere Gil.**

**Peça processual: Parecer e promoção**

### Decisão

Trata-se de notícia de fato decorrente de remessa do auto de Auto de Infração 021/2022-GCAP e Termo de Embargo/Interdição n. 028/2022-GCAP, expedido pelo **Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM**, com a descrição da prática de crime ambiental previsto no **art. 41 da Lei n. 9.605/98** cometido por:

**Maria Izabel Rovere Gil, brasileira, portador do CPF n. 044.495.398-18, residente e domiciliado a Rua 05 de setembro n.1683, Sala 05, Centro Humaitá/AM.**

Segundo apurado, no dia 28 de março de 2022, a equipe do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM realizou operação de fiscalização Curuquete III, Humaitá/AM propriedade da **Maria Izabel Rovere Gil**, ocasião em que constatou o desmatamento de uma área 269,9833 hectares de vegetação nativa sem licença válida outorgada por autoridade competente.

A constatação do desmatamento deu-se, por meio de análise de imagens de satélites em comparação multi-temporal. Essas análises levaram à constatação de que a área em questão fosse visualizada quando a cobertura vegetal nativa ainda estava mantida, inicialmente. Posteriormente, as observações e análises de imagens da área de datas posteriores permitiram concluir que a referida cobertura vegetal nativa havia sido suprimida. A partir daí, foi obtido a dimensão da área desmatada com a respectiva mensuração, obtendo-se um total de 269,9833 ha na Fazenda Santa Izabel, situada na BR 230Km 30 Sentido Humaitá /Lábrea, no município de Humaitá/AM.

A partir dos elementos de prova produzidos, pode-se constatar a violação de direitos e interesses tutelados pelo Ministério Público por **Maria Izabel Rovere Gil**, como incurso no **art. 41 da Lei n. 9605/98**.

A partir dos elementos de prova produzidos, pode-se constatar a violação de direitos e interesses tutelados pelo Ministério Público por **Maria Izabel Rovere Gil**, motivo pelo

Assinado eletronicamente por: Wesley M. Alves em 19/03/2024



Notícia de Fato 038.2024.000163 - Documento 2024/0000019921 criado em 28/02/2024 às 14:43

Este documento pode ser verificado no endereço <https://mpvirtual.mpam.mp.br/validacao> através do código bfaa5c6a

Este processo pode ser acompanhado no endereço <https://mpvirtual.mpam.mp.br/consulta>

qual determino a realização das seguintes medidas:

- a) a **distribuição** dos autos à 1ª Vara da Comarca de Humaitá/AM, via Sistema Projudi, com pedido de juntada da certidão de antecedentes criminais e designação de audiência para oferta de Transação Penal;
- b) **minute-se** peça de proposta de transação penal aos investigados;
- c) **junte-se** cópia do espelho de distribuição;
- d) **publique-se** no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas;
- e) **arquive-se**, com as cautelas de praxe.

Humaitá/AM, 28 de fevereiro de 2024.

**Weslei Machado**  
**Promotor de Justiça**

Assinado eletronicamente por: Weslei M. Alves em 19/03/2024



Notícia de Fato 038.2024.000163 - Documento 2024/0000019921 criado em 28/02/2024 às 14:43

Este documento pode ser verificado no endereço <https://mpvirtual.mpam.mp.br/validacao> através do código bfaa5c6a

Este processo pode ser acompanhado no endereço <https://mpvirtual.mpam.mp.br/consulta>



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS  
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 01/PGJ/2024

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os senhores e senhoras abaixo nominados para comparecerem, no período de **20 a 26.03.2024**, das 08h às 14h, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, nesta cidade de Manaus, munidos de cópias e originais de seus documentos pessoais e comprobatórios do Item 3 do **Edital n.º 1 – MPE/AM, de 24 de outubro de 2022 – CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e na LEI COMPLEMENTAR n.º 011, de 17.12.1993** e suas alterações. Tal procedimento é necessário para a lavratura dos respectivos atos nomeatórios e posterior posse no Cargo de Promotor de Justiça Substituto, inicial da Carreira deste Ministério Público Estadual:

CANDIDATO(A) CONVOCADO(A)	
1	Gabriela Rabelo Vasconcelos
2	Taina dos Santos Madela
3	Aramis Pereira Junior
4	Bruno Escorcio Cerqueira Barros
5	Alison Almeida Santos Buchacher
6	Christian Anderson Ferreira da Gama
7	Dimaikon Dellon Silva do Nascimento
8	Marcelo Scarin Jantorno
9	Paulo Fernandes Medeiros Junior
10	Matheus de Oliveira Santana
11	Suelen Shirley Rodrigues da Silva Oliveira
12	Lucas Souza Pinha
13	Ludmilla Dematte de Freitas Coutinho
14*	Anne Caroline Amaral de Lima
15*	Elison Nascimento da Silva
16*	Kyara Trindade Barbosa
17*	Marcos Tulio Pereira Correia Junior
18**	Marcos Patrick Sena Leite
19**	Venancio Antonio Castilhos de Freitas Terra
20**	Yury Dutra da Silva
21**	Maria Cynara Rodrigues Cavalcante
22**	Emiliana do Carmo Silva

\* Vagas reservadas aos candidatos negros

\*\* Vaga reservada ao candidato com deficiência

Manaus (AM), 19 de março de 2024.

**ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR**

Procurador-Geral de Justiça





Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**,  
**Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 19/03/2024, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei  
11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1281644** e o código CRC **2F40878D**.

2024.006714

1281644v7



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS  
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - [www.mpam.mp.br](http://www.mpam.mp.br)

**ATO Nº 072/2024/PGJ**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais, e

**CONSIDERANDO** o teor do Procedimento Interno SEI n.º 2024.006012, onde figura, como interessada, a Comissão Especial de Promoção dos Servidores Administrativos, instituída pela Portaria n.º 1120/2023/PGJ, de 14 de junho de 2023;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 22, e seus incisos, arts. 23, 24 e 26, todos da Lei n.º 2.708, de 26.12.2001, que instituiu o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores Administrativos desta Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas;

**CONSIDERANDO** as disposições do r. Despacho Nº 1370.2024.SGMP.1279197.2024.006012, datado de 15 de março de 2024;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 29, inciso V, da Lei Complementar Estadual n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

**RESOLVE:**

**FICAM** promovidos os servidores pertencentes ao Quadro Efetivo desta Procuradoria-Geral de Justiça, conforme o quadro abaixo, a saber:

AGENTE DE APOIO – MOTORISTA/SEGURANÇA	
SERVIDOR	PROMOÇÃO A CONTAR DE 01 DE JANEIRO DE 2024
MILTON MENEZES DINIZ	MP.03.G.III
AGENTE DE APOIO – MOTORISTA/SEGURANÇA	
SERVIDOR	PROMOÇÃO A CONTAR DE 07 DE JANEIRO DE 2024
JOÃO CLOVES VIEIRA	MP.04.J.IV

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

**GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus (Am.), 18 de março de 2024.

**ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR**

Procurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 18/03/2024, às 18:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1281127** e o código CRC **D167FAB4**.